

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“TUDO VÊ, TUDO SABE E A TODOS CONHECE”: ESPIONAGEM, ESTUDANTES E A DITADURA MILITAR NO AMAZONAS (1968 – 1978)

Leonardo Bentes Rodrigues

Mestrando em História Social (PPGH – UFAM)
Especialista em Historiografia e Ensino de História (UFAM)
Email: leobentesr@gmail.com

Resumo: A descoberta de documentos provenientes de serviços de espionagem tem proporcionado a expansão da pesquisa histórica no que tange o estudo do recorte do período da ditadura. Em especial no Amazonas, no qual a memória hegemônica que se firmou após o fim do regime produziu a narrativa de “passividade” frente aos autoritarismos, bem como seus grandes projetos materializaram a cristalização de um passado benéfico para a região. Além disso, a falta de “conscientização dos problemas”, a repressão, o passado de ausência de pautas de protesto estudantil e o afastamento geográfico do Estado aos demais “centros” do país apresentam-se como pontos desta narrativa afim de desmobilizar a ação dos estudantes. Todavia, a análise dos documentos diplomáticos da Secretaria de Estado dos Estados Unidos sobre o Brasil, além dos relatórios e dossiês do Serviço Nacional de Informações (SNI) tem nos permitido refutar tal memória, na medida em que encontramos nestes “documentos sensíveis” vestígios de resistências ao regime. Destacaremos como objeto de estudo os estudantes e suas múltiplas resistências, utilizaremos o conceito de cultura política para analisar as oposições, os apoios e acomodações destes sujeitos históricos perante a ditadura militar.

Palavras chaves: estudantes, resistências, ditadura militar

“Por que o estudante amazonense não protesta?” (A CRÍTICA, Manaus, 11 de novembro de 1968) questionou o jornal *A Crítica* aos seus leitores em 1968, a reportagem citada descreveu o referido ano como marco da eclosão dos “movimentos de juventude” através da agitação estudantil contrária a estrutura social negada pelos jovens. Também ressaltou que enquanto nos demais Estados brasileiros (como no resto do mundo) a revolta tomou conta dos estudantes, entretanto, no Amazonas, a “paz” habitava o meio estudantil e, por fim, indagou se a juventude estava satisfeita. Em busca de esclarecer os fatos foi divulgada entrevistas de vários estudantes (cujo nomes foram revelados de forma fictícia), que no ver do jornal, não se tratava do reflexo do pensamento universitário, embora representasse uma parcela dessa juventude.

Para *Ronaldo*, estudante de Filosofia, a repressão fora definida como fator de causa para o amazonense ser caracterizado como “medroso e calado” e num eventual choque com a polícia, não teria para onde fugir: “só se for de catraia ou batelão”. Para o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estudante, o gigantismo do aparato policial da cidade “tudo vê, tudo sabe e a todos conhece” (Idem), portanto, fator que inibiu os estudantes de protestarem contra o regime.

Tal afirmação vem de encontro com as declarações do poeta Aldísio Filgueiras, na ocasião estudante secundarista, ao afirmar que a cidade “era muito bem controlada” e quando os estudantes realizavam manifestações clandestinas à noite “só faltava sair como manchete no jornal. Porque todo mundo sabia quem era o cara!” (FILGUEIRAS *apud* AMARAL, 2015, p. 109). Embasado nas afirmações do poeta, o historiador Vinícius Amaral ressalta que o alto grau de difusão da espionagem na cidade era suficiente para vigiar grupos sociais, o que permitiu ao regime determinar o perigo destes à estabilidade do governo autoritário no Amazonas (AMARAL, 2015, p. 173).

Ademais, podemos perceber que houve forte dinâmica de articulação e alianças ideológicas entre agentes estrangeiros e nacionais que mantiveram aparato de vigilância e dominação política sobre a Amazônia, especialmente no Amazonas, dentro de relações de conciliação e acomodação de apoiadores do regime desde o golpe em 1964. Neste cenário, os estudantes configuraram como importantes agentes da luta contra a repressão, mesmo debaixo destas fortes forças arbitrárias, intensificaram suas práticas de oposição. Portanto, partimos do ano de 1968 para compreender as ações estudantis durante a promulgação do Ato Institucional – 5, e por fim, o ano de 1978, pois, marca o retorno de seus horizontes de expectativa através de novos espaços de sociabilidades na Universidade do Amazonas (UA).

Afinal, podemos destacar que o jornal *A Crítica* exprimiu em sua reportagem os anseios do regime em desmobilizar a militância estudantil, isto diante do cenário de repressão política imposto aos estudantes através da Lei 4464, conhecida como Lei Suplicy, que somente reconhecia os órgãos estudantis com finalidades cívico-culturais, sociais e esportivas.

Ademais, os discursos de setores da sociedade civil e militar procuraram por evidenciar o contraste do comportamento estudantil frente às agitações, ao promover o estudante “pacífico, equilibrado e sereno” em detrimento dos demais manifestantes nos grandes centros em que houveram truculentos embates. Nos discursos de condenação ou promoção de um tipo de juventude podemos destacar que “os ritos, afetos, práticas ficavam em segundo plano para o sujeito enunciativo, pois o que estava em jogo era a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

defesa de ideias mais urgentes, como a ‘ordem social’, ‘o desenvolvimento’, ‘subversão’” (BRAGHINI, 2015, p. 39).

Concomitantemente, o movimento estudantil no norte do país era visto como um “mero apêndice” de seus colegas do sul e nordeste, pois segundo o Consulado Estadunidense, os estudantes da Amazônia seguiam apenas as orientações das demais regiões, sem pautar nenhuma especificidade local. Também permanecia a crença de que os estudantes pareciam estar menos dispostos a entrar em atividade política direta contra o regime, embora havia a presença de grande insatisfação com o governo por parte destes. Além disso, a força da repressão somada a “pequenez” das entidades estudantis tornava fácil acompanhar os estudantes de esquerda por parte dos serviços de espionagem do regime. Logo, a ideia de que os protestos eram liderados por estudantes cujo principal objetivo “não era estudar” também foi intensamente propagado por agentes da Inteligência estadunidense. Em suma, os estudantes eram “encorajados” pelos eventos no sul e incapazes de agir por conta própria. (EUA, Arquivo Nacional. Nº A-13, Embaixada Americana, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1966).

As razões para essa “inação”, segundo o Consulado, seriam resultados da redução de militantes e a conseqüente facilidade das autoridades locais em impor a ordem, além do medo dos estudantes de possíveis represálias por parte dos militares (EUA. A. N. Nº A-16, Embaixada Americana, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1966). Porém, havia o receio de que a brutalidade da repressão pudesse desencadear novas manifestações estudantis, alimentando cada vez mais as forças repressoras¹.

Some-se a isto, caracterizou o movimento estudantil no Amazonas como “fraco, paroquial e mais facilmente flexíveis aos ditames das autoridades” (EUA, A. N. A-9, Consulado Americano, Belém, 24 de setembro de 1965), críticos ao regime, mas cautelosos a um confronto direto com as autoridades e as forças armadas. Descreveram que as suas entidades eram formadas por “subversivos”, “reformadores sociais” e “interpretes de Marx” (Idem). Culparam a antiga diretoria da União dos Estudantes do Amazonas (UEA) de corrupta, promotora de atividade subversiva como os seminários,

¹¹ De acordo com Braghini (2015) ideólogos e sociólogos estadunidenses defendiam que os estudantes “ocupados” com os estudos não tinham tempo para se organizar politicamente, deste modo, estudantes que faziam manifestações denunciando as estruturas precárias das instituições de ensino foram considerados “vítimas” de seus maus funcionamentos quanto do período de transição das reformas impostas pelo regime. Posteriormente, o “projeto Rondon” encarnaria tais ideais na tentativa de coopta-los para o governo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pichamentos nas paredes e apoio ao governo Goulart. Com efeito do golpe, a entidade sofrera intervenção, vencendo a chapa conservadora para diretoria. A “juventude estudiosa” tinha laços estreitos com o governador Arthur Reis, considerado “amigo dos estudantes” que apoiaria os “democráticos” na reconstrução do órgão a luz dos “ideais revolucionários” da ditadura. O relatório ainda descreve a relação cordial entre o governador Reis e os estudantes, o motivo seria a sua relação com a educação e aos ideais da circunstância, conferindo apoio e suporte ao movimento de estudantes conservadores.

Por outro lado, as representações do movimento estudantil compartilhadas e promovidas por instituições e pela imprensa não condiz com a análise que ora apresentamos. No meio do discurso oficial podemos observar brechas e investigar as resistências dos estudantes nas informações colhidas pelos agentes de espionagem. No entanto, devemos ressaltar que as informações de caráter pessoal encontradas nesta documentação são improcedentes, inexatas e enganadoras (CAMARGO, 2002, p. 4), devem ser levadas em conta durante o processo de suas análises, ou seja, devemos levar em consideração que “o que está nesses documentos não é a *verdade*” (QUADRAT, 2012, p. 202). Pois, tais documentos serviram para incriminar o outro num contexto marcado pelo autoritarismo. Do mesmo modo, o passado de atuação no movimento estudantil tornou-se motivo para a espionagem dos considerados “subversivos” presentes nos documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI). Tais documentos provenientes de *arquivos sensíveis* dos órgãos de informação e repressão “têm caráter evidencial congênito, isto é, nascem para servir de instrumento ou prova de determinadas ações e são alheios a um eventual uso secundário que deles se possa fazer” (CAMARGO, Op. Cit., p. 4).

Dessa forma, com o propósito de analisar as formas de autoritarismos executadas pelo regime no Amazonas durante a execução do AI-5, mapeamos nos dossiês de informações do SNI, em especial da Agência Manaus e demais órgãos da “comunidade de informações”, alguns sujeitos que integraram o movimento estudantil e foram constantemente vigiados. Ademais, tais documentos da polícia política nasceram para perseguir os cidadãos, estes considerados “inimigos internos” (KNAUSS, 2012, p. 146). Levaremos em conta que os papéis contidos nos arquivos da repressão são cheios de mentiras e cabe ao historiador a análise apropriada da documentação em vistas de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

procurar os “espaços” entre as mentiras, para por fim, produzir uma narrativa que contenha uma *verdade possível* sobre o período da ditadura (GREEN, 2011, p. 210).

Os dossiês que circularam entre os órgãos da “comunidade de informações” revelam a perseguição aos opositores do regime em vistas de suas atuações políticas contemporânea e passada daquela ocasião, exemplo disto são os registros do ex-aluno da Faculdade de Direito da UA, Felix Valois Coelho Júnior. Integrante da UEA, fora denunciado por um grupo de universitários por práticas subversivas no meio estudantil em 1965. Tachado de comunista, o órgão apontou sua “arrogância” e sua influência exercida sobre os demais estudantes, acusado de receber verba pública durante o governo Gilberto Mestrinho em 1962, cujo objetivo era pagar o deslocamento até o Rio de Janeiro “a fim de receber, sigilosamente, ordens dos dirigentes da União Nacional dos Estudantes” (Serviço Nacional de Informações. N° 266/DSI/MJ, 4 de janeiro de 1972). O relatório também frisou as acusações morais, quando descreveu que mantinha uma amante “comunista” e “terrorista”, acusada de ter participado de um atentado a bomba contra o presidente Castelo Branco em novembro de 1965 no Recife. O relatório conclui observando uma postura de “acomodação” perante a atuação de sua ideologia contrária ao regime constituído no país, embora ainda participasse com frequência de reuniões com colegas contemporâneos (Idem).

Detido e interrogado várias vezes pela Polícia Civil em virtude de sua “atuação esquerdista” no movimento estudantil secundarista, Afrânio de Sá, quando acadêmico de Direito da UA, fora acusado de agitar seus colegas contra a direção da Faculdade e demais professores, além de ter tumultuado o diretório universitário “exigindo de seus dirigentes, maior atuação no campo da política universitária e na preservação dos direitos dos estudantes” (SNI. N° 1238/16/AC, 21 de novembro de 1972). Foi signatário do manifesto intitulado *Carta aberta ao Presidente da República* publicado em 1965 no jornal *Última Hora* (Rio de Janeiro), protesto de intelectuais e artistas contra as medidas autoritárias do regime. O órgão ressaltou ainda que era conhecido pelos ex-alunos da turma de 1966 da Faculdade de Direito como “elemento comunista”, apontado como “pichador” na cidade, além de “líder esquerdista” que usava termos socialistas no exercício da profissão (Idem).

Mesmo com a escalada do autoritarismo a partir do AI-5, o regime foi extremamente rigoroso com seus “inimigos” desde o início (FICO, 2019),

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

consequentemente, o passado de atuação política estudantil também era levado em conta com o objetivo de perseguir seus opositores. Exemplo disto é o caso de Menandro Tapajós Filho, que teve seu nome contra-indicado pelo SNI durante o concurso de juiz em 1970 e 1971, acusado de “esquerdismo atuante” na Faculdade de Direito da UA e de participação em manifestações contrárias ao golpe de 1964 (SNI. N° 110/76/AMA, 25 de janeiro de 1974).

Embora não tenha atuado diretamente no movimento estudantil, o jornalista Fábio Lucena Bittencourt também estudou na Faculdade de Direito da UA durante os anos de 1965 – 1967, mas chegou a concluir. Fichado nos relatórios do SNI, Lucena foi intensamente perseguido e as tentativas de aplicações do AI-5 a sua pessoa fora constante. Definido pelos agentes como “agitador”, “subversivo”, “alcoólatra crônico” e apontado como “elemento comunista infiltrado no meio sindical e cultural”, foi espionado pelos órgãos de informação desde 1964 devido a sua “tentativa de tumultuar a vida política-administrativa do município de Manaus, com o objetivo único de sua auto-promoção e crescimento de seu prestígio político” (SNI. N° 2157/CIE, 12 de novembro de 1975). Fora duas vezes enquadrado na Lei de Segurança Nacional, embora tenha sido absolvido. O regime acreditava que essas duas tentativas frustradas de responsabilizá-lo tenha aumentado o seu prestígio eleitoral e consequentemente sua popularidade, mantendo preocupação com suas críticas ferozes ao seu autoritarismo. Com a finalidade de desmobilizar sua resistência, o Comando Militar da Amazônia chegou a sugerir que se caso fosse aplicado algum artigo do AI-5 contra Lucena, a medida acauteladora adotada seria a autorização de censura prévia nos órgãos de comunicação de Manaus, “a afim de evitar a exploração política contra a aplicação daquele ato” (Idem).

Portanto, podemos destacar que ao lado da perseguição política, a “comunidade de informações” produziram “fatos” sobre os perseguidos com o objetivo de caracterizar os inimigos do Estado. Deste modo, adjetivos e usos “de todos os subterfúgios, especialmente denegrindo a imagem pessoal de cada investigado” (KNAUSS, 2012, p. 150) foram utilizados com o propósito de desqualificá-los. De acordo com Knauss (2012, p. 150 – 151) essa “fabricação de mentiras” não podem ser consideradas verdadeiras, de modo que tais termos serviam para enxovalhar a crítica política, ao transferir a ideologia

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

para o campo da moral e dos costumes. Em suma, devemos tomá-los como “registros de representações” daquele período e não como dados naturalizados.

Peculiares são os exemplos de José da Silva Seráfico de Assis Carvalho e Heitor Vieira Dourado, ambos foram atuantes no movimento estudantil no Pará e continuaram a serem vigiados mesmo após as suas atuações profissionais no Amazonas.

A experiência de José Seráfico amarga um exílio dentro do próprio país, aconselhado pela família a fugir para o Amazonas, após ter sido violentado pelo coronel José de Oliveira durante a invasão da sede da União Acadêmica Paraense (UAP) em Belém, fora preso quando protestava através de alto-falante contra os militares em 1964. Fora fichado como “esquerdista militante” capaz de exercer sua liderança no meio universitário em Belém. Posteriormente, foi constantemente vigiado após sua intensa militância estudantil. Passou a trabalhar na Comissão do Desenvolvimento do Amazonas (CODEAMA) e colocado à disposição da Superintendência dos Serviços Médios do Interior (SUMEMI) por influência do médico Heitor Dourado. Considerado “elemento inteligente, frio e calculista”, passou a integrar a UA como professor através de regime de dedicação exclusiva em 1971 (SNI. N° 1162/16/AC, 17 de novembro de 1972).

Também membro da UAP, o médico Heitor Dourado foi líder da Ação Popular e vice-presidente da entidade nos idos de 1964. Acusado de ser ex-militante do PCB e de ter manifestado seu apoio a Cuba, fora vigiado ainda mais por suas críticas ao regime, chamando os militares de “gorilas”, “reacionários”, “corruptos”, “irresponsáveis” e “ditadores”. O SNI temia sua profunda influência no meio universitário, como professor da Faculdade de Medicina da UA e também na classe médica. E por isso intensificaram sua vigilância, pois receavam que sua influência pudesse ser utilizada para acobertar opositores, como quando intercedeu junto a CODEAMA para que José Seráfico fosse colocado à disposição da SUMEMI (SNI. N° 974/AC, 13 de novembro de 1972).

Os exemplos de José Seráfico e Heitor Dourado podem ser explicados a partir da influência da cultura política brasileira nos círculos moderados dentro da universidade, conseqüentemente refletindo nos círculos de poder. Deste modo, as estratégias de acomodações visaram por evitar dispensar tais contratações no interesse de contar com o talento destes profissionais, o que segundo Motta (2014, p. 294) justificava a tolerância política por parte dos reitores, de modo a impedir a perda de prestígio na comunidade

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

universitária e perante a opinião pública, protegendo tais sujeitos enquanto exerciam medidas repressivas para outros².

Após a promulgação do AI-5 em 1968, os estudantes passaram a reorganizar suas pautas de protestos a partir das “reuniões clandestinas”, portanto, iniciaram a discutir outras formas de mobilização. Uma vez que suas organizações representativas foram dissolvidas e cooptadas, fez-se necessário outros repertórios para resistir as estruturas autoritárias da ditadura. Acreditamos que durante o período em que as entidades estudantis foram postas para a clandestinidade, os estudantes continuaram a realizar suas reuniões confrontando diretamente os aparelhos arbitrários, para ilustrar tal afirmação tomemos como exemplos os relatórios de informações da Agência Manaus em 1977.

Mapeamos cerca de cinco reuniões consideradas “clandestinas” pelos órgãos de informação e segurança entre os meses de maio e agosto de 1977, incentivados pelo retorno dos protestos estudantis no sudeste do país e mais ainda pela ilusão da “distensão” do governo Geisel provocada a partir de 1974, no qual os universitários encontravam-se para reorganizar a mobilização estudantil no Amazonas³.

Dessa forma, supomos que os agentes dos órgãos de informações ou se infiltraram ou intimidaram os espionados para lhes garantir o acesso aos detalhes das reuniões. Entretanto, não podemos descartar que tais documentos foram “produzidos no âmbito de atividades persecutórias a sobrevalorizar a suspeita” (JOFFILY, 2014, p. 12), e que mentir nesses casos, representou uma estratégia de resistência e isto permitiu aos demais integrantes das organizações perseguidas pelo regime, desfazer todas as suas estruturas de combate reveladas por um militante preso, tais como “aparelhos”, pontos de encontro

² Motta (2014, p. 294) ressalta ainda que “com isso, foi evitado um expurgo completo da esquerda acadêmica, e, apesar dos esforços da direita militante, que teve força para bloquear muitas contratações de “suspeitos”, alguns professores com perfil esquerdista foram admitidos mesmo durante os anos mais duros. Isso não se deu apenas nas universidades, mas também em outros órgãos públicos, da administração direta e indireta, onde algumas pessoas visadas foram protegidas por sua competência presumida ou por laços pessoais”.

³ Participaram os estudantes Humberto Maroelli de Mendonça (Medicina), Rogélio Casado Marinho Filho (Medicina), Ernesto dos Santos Braga Filho (Medicina), Adele Benchimol Schwatz (Medicina), Tirso Rodrigues Alves Júnior (Medicina), Adria Maria Barros de Mendonça (Comunicação Social), Maria da Conceição de Lima Derzi (Comunicação Social) e Raimundo Cardoso de Freitas (Agronomia). O SNI elaborou prontuários de cada estudante em vista de controlar seus movimentos, com exceção de Humberto de Mendonça, cujo prontuário fora destruído em vista de seu falecimento. Tais prontuários contêm dados como nome, filiação, data de nascimento e naturalidade, profissão, estado civil e endereço. Descreve com clareza o histórico destas reuniões, bem como as suas datas. Mapeamos cerca de seis reuniões entre os meses de maio e julho de 1977: 19 de maio; 7, 9, 15 e 25 de junho e 11 de julho.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ou datas de reuniões. Também, muitos presos políticos “desenvolveram artimanhas como contar uma história plausível” para enganar os agentes da repressão (Idem). Ademais, de acordo com Joffily (2014), estudar as esquerdas nestas fontes documentais nos permite ter acesso a abundância de informações sobre a estrutura dos agrupamentos, as ações, o perfil dos militantes, as diversas correntes ideológicas, além das táticas de resistência (Idem).

A primeira reunião aconteceu no dia 19 de maio e contou com a presença de quatorze estudantes, as pautas giraram em torno de decisões tomadas em reunião com o reitor. Segundo o SNI, o objetivo da reunião foi “ativar o aliciamento nas universidades, de modo que o Amazonas não mais se omitisse nas manifestações estudantis” (SNI. N° 0167/119/AMA, 30 de junho de 1977).

Nos dias 7 e 9 de junho, voltaram a se reunir para discutir sobre o engajamento dos universitários nas manifestações estudantis. Como resultado, decidiram por redigir e divulgar o manifesto intitulado de *Carta aberta à sociedade Amazonense*, que não foi publicado pela imprensa devido a censura imposta através da interferência da Agência Manaus.

Na quarta reunião, realizada no dia 15 de junho, foi adotada a ideia de organizar um “Conselho de Base” que seria integrado por onze membros e cinco destes iriam compor o “Conselho Geral”. A partir desta reunião o grupo deliberou a adoção de um programa inicial que consistia em algumas pautas como: criação de centros acadêmicos, luta pela liberdade e democracia nas universidades, direção da imprensa universitária, formação de um diretório central para canalizar as reivindicações estudantis, a criação de um Diretório Nacional (o reestabelecimento da UNE), além da mobilização dos demais estudantes.

Na quinta reunião, organizada em 25 de junho, teve a presença de vinte e um universitários, foi decidido que os representantes de cada curso deveriam encaminhar documentos reivindicatórios para a reitoria com a finalidade de “despertar a consciência dos estudantes para o seu verdadeiro papel e motivá-los para uma campanha posterior” (SNI. N° 0167/199/AMA, Op. Cit.). O estudante de Medicina, Rogélio Casado, sugeriu que fossem elaboradas cartas ou documentos reivindicatórios pelos representantes dos diversos cursos presentes, com a finalidade de apoio mútuo as pautas específicas de suas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

realidades em vistas de conscientizar o meio estudantil amazonense. A estudante de Comunicação Social, Ádria Maria de Mendonça comprometeu-se em publicar no jornal *A Crítica* todas as cartas reivindicatórias dos estudantes. Maria da Conceição Derzi também se comprometeu em publicar as pautas reivindicatórias no jornal *Zero* do Curso de Comunicação da UA, no entanto, combinou com o estudante Humberto Marouelli, que diante da possível negativa da coordenação do curso em publicar os protestos, iriam paralisar suas atividades, dificultando a tiragem do jornal. Na ocasião, Raimundo de Freitas leu o “memorial reivindicatório” contendo 17 assinaturas de estudantes do curso de Agronomia, declarou ainda que o curso cogitava a criação da “Sociedade Científica Universitária” afim de dar conhecimento aos estudantes e aos demais interessados nos trabalhos de pesquisa já elaborados. Além disso, foi pensado a organização de uma “Semanas de Debates” de modo a atrair os estudantes para futuras reuniões do movimento.

Todos os participantes tiveram suas informações fichadas e anexadas no relatório do órgão de informação. Em junho de 1977, o SNI acusou o grupo de alunos do curso de Medicina por estarem se reunindo clandestinamente na casa de uma das integrantes do movimento (SNI. N° 015/77/ASI/FUAM, 7 de junho de 1977). Na ocasião, elaboraram uma carta que seria encaminhada ao jornal *A Crítica*, porém, novamente não foi publicada, resolveram entregar aos deputados estaduais e vereadores na esperança de ser lida na Tribuna da Assembleia Legislativa ou Câmara Municipal (SNI. N° 0153/119/AMA, 13 de junho de 1977). O manifesto da carta direcionava a crítica de que não se poderia aceitar a ideia de uma universidade desvinculada da vida social. A carta foi elaborada por um comitê de estudantes formada após a 1º Assembleia, com representantes das três áreas que compunham a UA naquela ocasião: Ciências Exatas, Humanas e Letras, e Biológicas.

Em outra “reunião clandestina”, numa residência particular, compareceram à reunião vinte e um estudantes, representantes das áreas de Medicina, Comunicação Social, Agronomia, Economia e Direito. Segundo o SNI, “os mentores do movimento demonstraram preocupação pelo desinteresse da classe em relação ao movimento” (SNI. N° 0168/119/AMA, 25 de junho de 1977). Na reunião, “foi encarecida a necessidade de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mobilização da opinião pública”, pois os sentimentos dos estudantes era de que o regime deveria ser substituído em agosto (Idem).

Em 11 de julho de 1977, novamente reunidos, ao analisar os efeitos das assembleias estudantis organizadas naquela circunstância, Rogélio Casado afirmou que os estudantes estavam “saindo da condição de treze anos de repressão imposta pelo sistema governamental atual, e aproveitou as próprias palavras do Presidente Geisel para concordar: os movimentos estudantis estão em distensão gradual” (SNI. N° 0042/300/AMA, 11 de julho de 1977). Conceição Derzi insistia na proposição de sensibilizar a opinião pública e mobilizar os estudantes. Além disso, foi ressaltado a elaboração de instruções para organização de “memoriais” para a identificação de aspectos críticos da universidade que mereciam ser transformados em reivindicações. Por fim, a convocação da “assembleia geral” e outras “assembleias relâmpagos” por curso a fim de robustecer a luta (SNI. N° 0182/199/AMA, 26 de julho de 1977), principalmente, pela legalização do movimento junto aos órgãos de segurança.

Por outro lado, com o intuito de desmobilizar os protestos estudantis, o Ministério da Educação encaminhou para as universidades “diretrizes para ação dos reitores”. Tal documento direcionava para a manutenção da ordem através da aplicação de normas disciplinares ao determinar a abertura de inquérito antes da punição, além disso, ressaltava manter estreito contato com as autoridades, em especial, com o próprio governador do estado. O documento proibia a circulação de jornais, panfletos e a ação de piquetes, recorrendo, se necessário, ao apoio das autoridades de segurança (SNI. N° 031/10048/77/SCIC/1/DSI, 3 de agosto de 1977). Tais posturas são reflexos do “paradoxo da ditadura” ressaltado por Motta (2014, p. 296-297), no qual a manutenção em vigor de certos preceitos liberais “embora sob o tacho do AI-5, significou também eventuais limites à ação do aparato repressivo”, isto é, para não afrontar a opinião liberal, algumas autoridades do regime “sugeriram aos reitores cautela no uso da repressão” (Idem).

Em outra ocasião, um agente da Assessoria de Segurança e Informação da UA (ASI/FUAM) apreendeu um jornal estudantil das mãos de um universitário no Café do Pina, porém, o órgão não conseguiu determinar se esse material circulou no meio estudantil (SNI. N° 013/77/ASI/FUAM, 18 de maio de 1977). Para a Agência Manaus a presença destes materiais durante a agitação estudantil comprovava a “tentativa de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aliciamento dos universitários amazonenses, para que se manifestem de maneira semelhante aos colegas do Sul do país” (SNI. N° 0139/116/AMA, 20 de maio de 1977).

Aliás, o próprio Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) informou a ocorrência de inúmeras manifestações estudantis na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade do Amazonas, cujas pautas que movimentaram suas discussões giravam em torno da criação de centros acadêmicos, lei 477, a mudança do estatuto da universidade e a participação dos alunos na escolha dos professores. O CISA tomou conhecimento de três reuniões, a primeira no dia 5 de maio de 1977 no auditório Dr. Zerbini da Faculdade de Ciências da Saúde; a segunda numa república onde residia o acadêmico de Medicina, Humberto de Mendonça e a terceira no Campus Universitário da UA no dia 19 de maio de 1977, intitulada de *Assembleia Geral dos Universitários Amazonenses* (SNI. N° 0190/CISA – RJ, 8 de julho de 1977).

Conscientes das inquietações de seu tempo presente, a assembleia estudantil contou com cerca de 450 estudantes e com a presença do reitor, Octávio Mourão, em vistas de discutir os problemas ligados às condições de assistência e ensino da UA. Na ocasião, tomou posse do Diretório Universitário (DU), João Bosco Valente, estudante de Economia. No entanto, mesmo diante da presença do reitor, o aparato policial foi ostensivamente mobilizado fora e dentro do campus em vistas de conter possíveis agitações. Os estudantes declararam que a 1º Assembleia foi marcado pelo “sentimento de isolamento e alheamento da vida política Nacional” no Amazonas, segundo o qual contradiz com as tradições de luta e participação do povo na vida social. Manifestando seus posicionamentos, contestaram as consequências da situação colonial presente na região: “tal sentimento se explica pelas formas de política de desenvolvimento econômico regional, forjados fora de nosso ESTADO e, o que é mais grave, a serviço de interesses contrários às reais necessidades da nossa população” (SNI. N° 0190/CISA. Op. Cit.).

Em manifesto, ressaltaram que a participação na vida política nacional não cabia apenas aos estudantes, mas a todas as “forças vivas da comunidade que lutam” pelas liberdades democráticas, pela independência da vida nacional, pelos direitos fundamentais do Homem, pela elevação do padrão de vida do trabalhador brasileiro e por fim, pela anistia geral e na elaboração de uma nova ordem constitucional (Idem).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Não obstante, podemos destacar que a partir do ano de 1977, os estudantes em todas as regiões do país retomaram seus horizontes de expectativa em vista do confronto contra a ditadura através da reconstrução do movimento estudantil. No Amazonas não foi diferente, e as suas mobilizações se intensificaram em 1978. Trata-se do “tempo de ação” (BENJAMIN, 2016, p.18) dos estudantes após a longa vigência inibidora do AI-5, diante do contexto histórico da abertura, manietado pela ditadura, perceberam a necessidade de mobilizar e movimentar seus pares para pressionar o regime a partir de suas especificidades reivindicatórias coadunadas com a situação nacional do movimento.

Desta forma, o ano de 1978 indica a retomada da articulação política dos estudantes amazonenses, articulando novas estratégias depois de serem obrigados “a não fazerem política” em suas entidades representativas, novamente protagonizaram o caminho para a derrubada do autoritarismo, enquanto novas formas de articulação política e cultural foram construídas no seio da universidade: os Centros Culturais e Acadêmicos. De acordo com Conceição Fraga, trata-se de “novos espaços” criados fora da entidade oficial do Diretório Universitário (DU), assim, o “cotidiano dos estudantes da Universidade do Amazonas transformou-se em espaço de luta” (FRAGA, 1996, p. 62).

Desde suas fundações, os centros acadêmicos foram amplamente espionados pela Agência Manaus e as iniciativas de suas criações consideradas incitações do DU, composto de estudantes opositores à reitoria e ao regime (SNI. N° 0091/119/AMA, 30 de agosto de 1978). Ademais, sustentavam essa posição tomando como exemplo o presidente do DU, José Carlos Gomes Sardinha, que participava na ocasião de movimentos ligados à oposição como o lançamento da Frente Nacional de Redemocratização em Manaus, que promoveu uma palestra com a presença do ex-ministro do Trabalho, Almino Afonso, na Casa do Estudante em 11 de agosto de 1978 (Idem).

Em março de 1978, a reitoria da UA fora informada acerca da fundação do Centro Universitário Cultural de Agronomia (CUCA). Em sequência foram fundados os Centro Cultural de Medicina (CECUM), Centro Acadêmico Filosófico Cultural do Amazonas (CAFCA), Frente Acadêmica de Letras do Amazonas (FALA) e o Centro Cultural de Geologia. A Procuradoria Jurídica da UA foi acionada e recomendaram a intervenção no CUCA, enquanto o Conselho Universitário reconheceu a ilegalidade da existência dessas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

entidades. Como justificativa, afirmaram que a publicação do Estatuto no Diário Oficial se deu à “revelia dos setores competentes” da Universidade (SNI, N° 035/78/ASI/FUAM, 27 de junho de 1978).

O Estatuto Geral da UA não previa a existência de Centros Universitários setoriais, mas sim a organização de seus alunos em diretório estudantil. Logo, o que se sucedeu foi um verdadeiro imbróglio jurídico para impedir a autonomia representativa dos estudantes naquele momento, forjando justificativas em consonância com o autoritarismo daquele presente, ao tratar que em hipótese alguma, poderia tornar-se entidade de representação estudantil.

Notas foram publicadas nos jornais *A Crítica* e *A Notícia* (27 de junho de 1978) afirmando que o CUCA “não poderá funcionar como órgão de representação do corpo discente do curso de Agronomia”, ressaltando somente reconhecer como entidade de representação estudantil o DU e as representações previstas no artigo 75 do Estatuto da Universidade do Amazonas (Idem).

Por conseguinte, em 30 de agosto de 1978, no Instituto de Ciências Humanas e Letras da UA, os estudantes do curso de Comunicação, sob a coordenação da estudante de Jornalismo, Maria Conceição de Lima Derzi, fundaram o Centro Cultural de Comunicação Social (CUCOS). Seus objetivos seguiam em direção a prestar assistência aos alunos que não detinham recursos para pagar a universidade, promover debates políticos e de direitos humanos; não apoiar movimentos “anti-comunistas” e grupos radicais (SNI. N° 0099/119/AMA, 10 de outubro de 1978). Para o SNI, as reuniões promovidas pelo CUCOS nas dependências da universidade eram ilegais e clandestinas, pois infringiam o Estatuto Universitário e não eram do conhecimento do Diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras (Idem).

Não obstante, toda esta mobilização foi importante para que a eleição do DU em 1978 pudesse ter alcançado maior interesse da classe estudantil. Cinco chapas participaram do pleito: *Autêntica*, *Participação*, *Reação*, *União* e *Renovação*. A chapa que obteve apoio dos Centros Acadêmicos foi encabeçada pelos estudantes: José Sardinha (Medicina), Paulo França (Economia) e Raimundo Cardoso (Agronomia) que constituíram a chapa *Reação*. Foi diante desta movimentação estudantil que vemos novamente o uso da Imprensa para divulgar suas campanhas e seus programas políticos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em carta aberta aos universitários publicado no Jornal *A Crítica*, os membros da chapa *Reação* divulgaram o seu programa político: por uma universidade onde o espaço democrático e crítico pudesse ser respeitado, aumento da “conscientização social do universitário”, estímulo e divulgação das atividades culturais na universidade. Criticaram o que chamaram de “colonialismo cultural”, desagregação da classe e a perda da autonomia ideológica do universitário, além de contestarem ser “representados por um único e inoperante diretório” (A CRÍTICA, Manaus, 21 de abril de 1978).

A Imprensa noticiou a eleição como concorrida e participativa, conseguindo mobilizar os universitários que “que até então pouca disposição manifestava” (JORNAL DO COMMERCIO, Manaus, 28 de abril de 1978). Além disso, consideraram que a mobilização estudantil em torno das eleições, rompeu a letargia que dominava nos meios universitários em anos anteriores. O jornal *A Crítica* considerou a mobilização como uma “nova conscientização dos estudantes amazonenses”, segundo o estudante Araguacy Câmara da Faculdade de Comunicação Social: “está havendo uma maior conscientização da classe estudantil quando nota-se uma enorme participação para a eleição da DU, inclusive como conscientização política” (A CRÍTICA, Manaus, 29 de abril de 1978).

Portanto, podemos afirmar que diante da precariedade do início da construção da universidade, surgia a necessidade de contestar os problemas que cresciam com passar dos anos. Embora estritamente vigiada, tornou-se o verdadeiro espaço de luta em tempos de repressão. Deste modo, partiu de dentro dela o clamor de enfrentar as medidas arbitrárias de seu espaço e do próprio regime. Com efeito, já não bastava controlar as entidades estudantis e desestimular o interesse em fazer política, assim à repressão ascendeu na medida em que o movimento estudantil se reestruturava. Desmentido o discurso de que o estudante amazonense não protestava, destacamos suas outras táticas e estratégias diante do período mais tirânico da ditadura, contestando a reprodução de discursos simplistas que indicam que no Amazonas não houve resistência tenaz dos estudantes ao seu autoritarismo.

REFERÊNCIAS:

I. Fontes.

A – **Repositório Digital da Brown University:**

EUA, Arquivo Nacional. A-9, Consulado Americano, Belém, 24 de setembro de 1965.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

EUA, A. N. N° A-13, Embaixada Americana, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1966.

EUA, A. N. N° A-16, Embaixada Americana, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1966.

B – Acervo do Projeto “Memórias Reveladas”:

Serviço Nacional de Informações. N° 266/DSI/MJ, 4 de janeiro de 1972.

SNI. N° 974/AC, 13 de novembro de 1972

SNI. N° 1162/16/AC, 17 de novembro de 1972.

SNI. N° 1238/16/AC, 21 de novembro de 1972.

SNI. N° 110/76/AMA, 25 de janeiro de 1974.

SNI. N° 2157/CIE, 12 de novembro de 1975.

SNI. N° 013/77/ASI/FUAM, 18 de maio de 1977.

SNI. N° 0139/116/AMA, 20 de maio de 1977.

SNI. N° 015/77/ASI/FUAM, 7 de junho de 1977.

SNI. N° 0153/119/AMA, 13 de junho de 1977

SNI. N° 0168/119/AMA, 25 de junho de 1977.

SNI. N° 0167/119/AMA, 30 de junho de 1977.

SNI. N° 0190/CISA – RJ, 8 de julho de 1977.

SNI. N° 0042/300/AMA, 11 de julho de 1977.

SNI. N° 0182/199/AMA, 26 de julho de 1977.

SNI. N° 031/10048/77/SCIC/1/DSI, 3 de agosto de 1977.

SNI. N° 035/78/ASI/FUAM, 27 de junho de 1978.

SNI. N° 0091/119/AMA, 30 de agosto de 1978.

SNI. N° 0099/119/AMA, 10 de outubro de 1978.

C – Periódicos do Acervo da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas:

A Crítica.

Jornal do Commercio.

BIBLIOGRAFIA:

AMARAL, Vinicius A. “*Ou a revolta ou a obediência estúpida*”: Aldísio Filgueiras frente à ditadura civil-militar (1964-1968). Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2015.

BRAGHINI, Katya M. Z. *Juventude e pensamento conservador no Brasil*. São Paulo: EDUC: Fapesp, 2015.

CAMARGO, Ana M. A. *Os arquivos da polícia política como fonte*. Registro, Indaiatuba, N. 1, jul. 2002.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FRAGA, Maria da Conceição. *Estudantes, cultura e política: a experiências dos manauaras*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N (orgs.). *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964 – 1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GREEN, James. *A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 24, jan.-jun., 2011.

JOFFILY, Mariana. *A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos*. Dimensões – Revista de História da UES, v. 32, 2014.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado e história do tempo presente: arquivos da repressão e conhecimento histórico. In. VARELLA, F. F. et al. *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

QUADRAT, Samantha V. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. In. ARAÚJO, M. P. et al. *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.